



AUDIÊNCIA PÚBLICA

*Lei de Diretrizes
Orçamentárias*

Material de Apoio

2027





O QUE GUIA O ORÇAMENTO PÚBLICO?

A gestão das finanças municipais é regida pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) - LC 101/2000. Mais do que uma norma, a LRF estabelece os pilares para uma administração pública eficiente e sustentável.

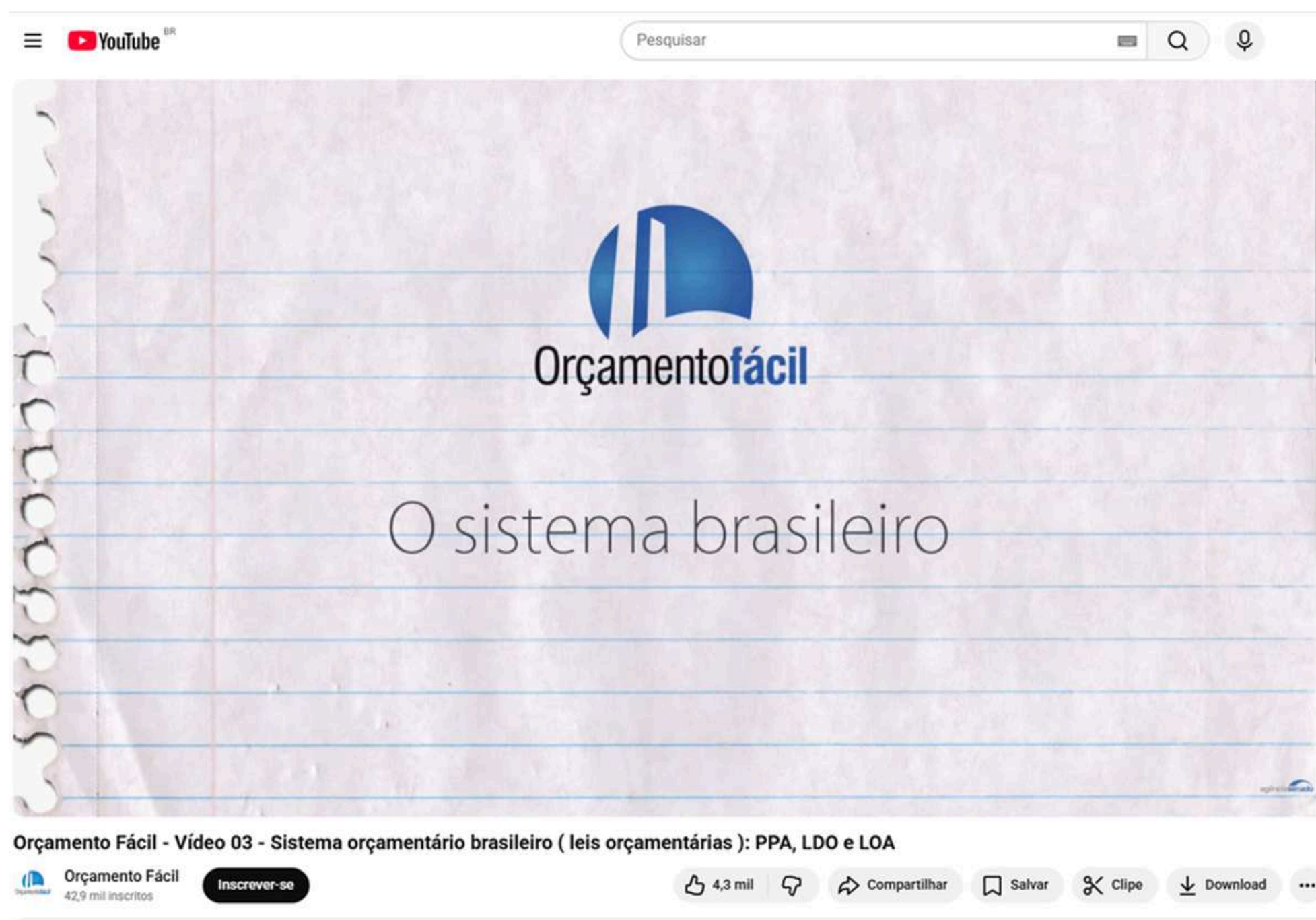
Diretrizes Fundamentais da LRF:

- Equilíbrio Fiscal: Planejamento entre a previsão de receita e a fixação de despesas.
- Limites de Gastos: Controle rigoroso sobre despesas com pessoal e endividamento.
- Transparência Ativa: Dever de prestar contas e dar visibilidade aos atos de gestão.
- Responsabilização: O compromisso do gestor com as metas e limites estabelecidos em lei.

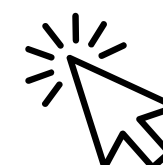
Participação Popular (Art. 48): A transparência é um direito do cidadão. A realização desta **Audiência Pública** cumpre o requisito legal de incentivar a participação da sociedade na discussão das leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA).

O QUE GUIA O ORÇAMENTO PÚBLICO?

Quer entender um pouco melhor de como funciona o Orçamento Público? Assista o vídeo abaixo!

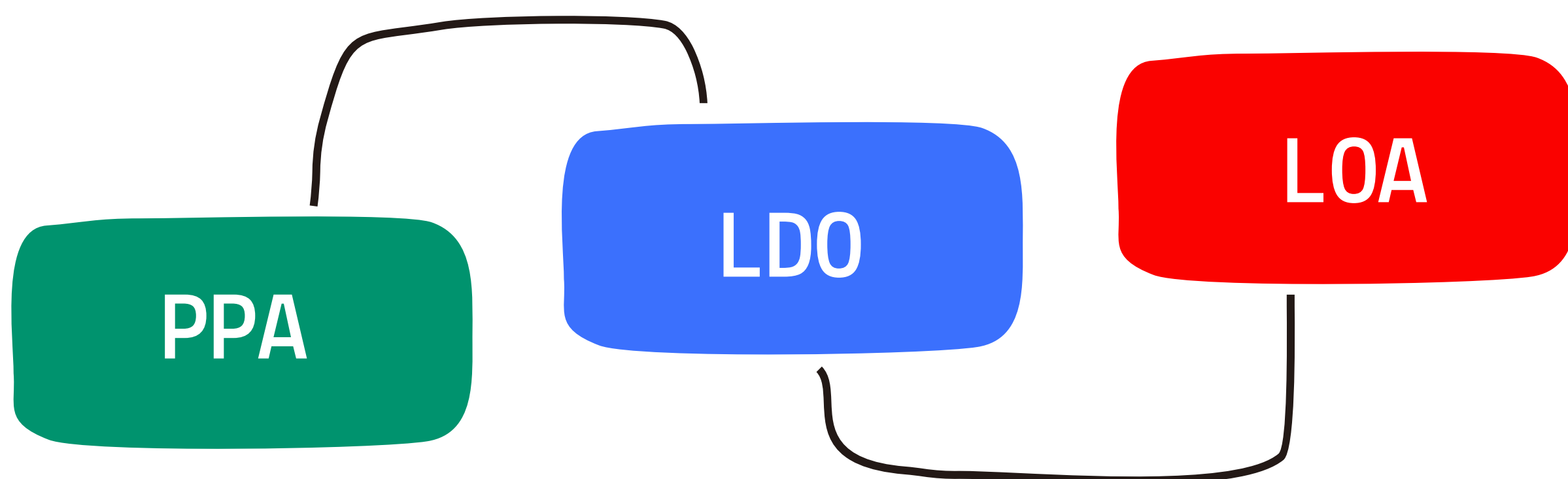


[Clique aqui para assistir o vídeo!](#)



O CICLO ORÇAMENTÁRIO

O ciclo orçamentário é o processo dinâmico e contínuo que viabiliza a execução das políticas públicas, compreendendo as etapas de planejamento, elaboração, discussão legislativa, execução e controle. Esse rito administrativo é estruturado por três instrumentos principais – o PPA, a LDO e a LOA.



PPA: Define as estratégias e metas. Elaborado uma vez a cada 4 anos.

LDO: Define as regras e prioridades. Elaborada uma vez ao ano.

LOA: Define todas as despesas e receitas. Elaborada uma vez ao ano.

LDO

Lei de Diretrizes Orçamentárias: define as regras e prioridades

As **diretrizes** são as normas que o governo deve seguir para montar o orçamento do ano seguinte.

As **metas** são o compromisso de equilíbrio: o governo define quanto planeja arrecadar e gastar para não ficar no "vermelho".

Como o dinheiro público é limitado, o governo não consegue fazer tudo ao mesmo tempo. A LDO serve para listar o que é urgente para o próximo ano, suas **prioridades**.



Garantir esse equilíbrio não é apenas uma obrigação técnica, mas o que permite a continuidade dos serviços essenciais e a capacidade de investimento da administração.



LDO: PROJEÇÃO DE RECEITAS

A estimativa das receitas orçamentárias utiliza indicadores macroeconômicos para garantir que o planejamento seja realista e condizente com o cenário nacional e regional. Alguns dos principais são:

Série Histórica

Análise do comportamento da arrecadação nos últimos anos para identificar tendências e sazonalidades.

PIB

A variação do Produto Interno Bruto reflete diretamente na arrecadação de impostos sobre o consumo e serviços (como o ISS).

IPCA

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, utilizado para atualizar a base de cálculo de tributos e taxas, mantendo o poder de compra do município.

Transferências Constitucionais

Índices de crescimento projetados para o repasse do FPM (União) e ICMS (Estado).

LDO: PROJEÇÃO DE RECEITAS

Para 2027, o PPA do ciclo traz como receitas previstas:

Categoria Econômica	Natureza da Receita	Previsão para 2027
1.Receitas Correntes	1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$15.273.869,00
	2. Contribuições	R\$495.937,00
	3. Receita Patrimonial	R\$1.972.158,25
	4. Receita Agropecuária	R\$0,00
	5. Receita Industrial	R\$0,00
	6. Receita de Serviços	R\$100.628,00
	7. Transferência Correntes	R\$79.587.302,55
	9. Outras Receitas Correntes	R\$435.325,00
Total		R\$97.865.219,80
2.Receitas de Capital	Sem previsão para o período.	
3.Receitas Correntes - Intra OFSS	Sem previsão para o período.	
4.Receitas de Capital - Intra OFSS	Sem previsão para o período.	
Total Geral		R\$97.865.219,80



LDO: LIMITES DE DESPESAS

A LDO define as condições para a execução dos gastos públicos, assegurando que a gestão respeite a Capacidade Financeira do Município e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

- **Gestão de Pessoal:** Estabelece os limites para novos concursos, contratações e reajustes salariais, condicionados ao teto da Receita Corrente Líquida.
- **Transferências de Recursos:** Define critérios para o repasse de verbas a entidades do terceiro setor (ONGs) e consórcios.
- **Contingenciamento:** Regras para a suspensão temporária de gastos caso a arrecadação real fique abaixo da meta prevista.
- **Reserva de Contingência:** Fixa um percentual do orçamento para cobrir imprevistos e riscos fiscais.
- **Equilíbrio de Caixa:** Impede a criação de despesas sem a devida indicação da fonte de custeio.

LDO 2027/ PPA 2026-2029: PROGRAMAS

Programa	Custo <u>estimado</u> para 2027
Ação Legislativa	R\$2.938.056,46
Coordenação Institucional e Governança	R\$6.549.428,70
Desenvolvimento do SUAS	R\$3.849.973,38
Assessoria Jurídica Municipal	R\$1.035.066,09
Controle Interno, Ouvidoria e Acesso a Informação Municipal	R\$228.012,08
Secretaria de Finanças	R\$8.381.080,26
Operacionalização das Ações e Serviços de Atenção a Saúde	R\$19.346.596,75
Serviços Urbanos	R\$11.660.890,15
Planejamento Urbano	R\$167.002,24
Trânsito Seguro	R\$118.347,90
Programa Defesa Civil	R\$10.557,00
Fomento ao Turismo	R\$178.189,87
Alto Rendimento Esportivo	R\$50.673,60
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura	R\$4.185.270,75
Operacionalização e Gestão Administrativa da Saúde	R\$1.834.045,89
Interculturalismo	R\$2.121.134,46
Qualidade de vida	R\$884.048,10
Secretaria de Educação	R\$34.326.846,12
Total	R\$97.865.219,80

CONVITE!

AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Prefeitura de Santa Branca convida a população para participar da **Audiência Pública** referente à **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** de 2027.



24 ABRIL



18H

Secretaria de Educação

Material de apoio e mais informações, no **site!**



PREFEITURA DE
SANTA BRANCA

A Audiência será transmitida, ao vivo, no canal da Prefeitura Municipal de Santa Branca: [link!](#)